

Aos trinta (30) dias do mês de maio de 2022, às treze horas e doze minutos (13h12min), instalou-se no 1º andar (sala 111) do Edifício Sede da Secretaria Municipal de Educação (SMED), situado à Rua Carangola, nº 288, Bairro Santo Antônio, Belo Horizonte/MG, a sessão plenária extraordinária do Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACCS) do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação do município de Belo Horizonte – FUNDEB/BH, com a seguinte pauta: **1) Prestação de Contas do Exercício do 2º bimestre de 2022: apresentação dos demonstrativos e informações necessárias ao processo de validação no Módulo de Acompanhamento e Validação do SIOPE (MAVS).** A reunião contou com a presença dos seguintes conselheiros: Cristina Vieira Guimarães, Luiz Henrique Borges de Oliveira, Marcelino Cástulo Martins, Marcus Vinícius Lindenberg Fróes e Milton de Souza Júnior. Justificaram suas ausências: Alessandra Mariza Gomes Guimarães, Elizabeth Raidan, Geisiele Fidelis da Silva, Luiz Carlos Bittencourt Silva, Maria Helena Schmitz de Castro e Wagner Alves Pereira. Contou-se, ainda, com as presenças de Alex Sandro da Silva Gomes e Kelson Damasceno como convidados e de Vanessa Márcia da Cunha como servidora de apoio ao Conselho, conforme a lista de presença. O Presidente Marcus Vinícius Lindenberg Fróes iniciou a assembleia agradecendo a presença do Diretor Alex Sandro da Silva Gomes da Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (DPOF) e justificando a necessidade desta reunião técnica. Ele esclareceu que o documento a ser analisado e validado é complexo precisando-se, assim, de obter explicações dentro do rol de despesas no que tange a atribuição do CACCS, sendo meramente uma questão do acompanhamento e do controle social para repassar ao plenário, inclusive. O Diretor da DPOF Alex Sandro da Silva Gomes apresentou Kelson Damasceno como integrante dessa diretoria e informou que a Gerência de Planejamento Orçamentário (GEPLAN), pertencente à DPOF, tem a atribuição de fazer a prestação de contas para o *Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE)*. Falou, também, que em breve um contador já nomeado auxiliará no serviço porque, de fato, é um trabalho complexo e que exige estudo constante e permanente. Ele comentou que reconhece a complexidade da tarefa do presidente do CACCS e que o conselho tem uma atribuição muito relevante, dando importância ao seu trabalho. Ele acrescentou que o assunto é extremamente técnico e que o controle social não tem na sua composição um nível de entendimento tão profundo, sendo importante contar com outros apoios e iniciativas para promover aos conselheiros maior aprofundamento do assunto – capacitações. Iniciando o tema da reunião, ele explanou que o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) possui uma metodologia padronizada definida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), constituindo uma importante ferramenta de uniformização das informações contábeis. O RREO foi uma criação da Constituição Federal de 1988 e a STN padroniza manuais para que seja comum a todos os órgãos. Ele esclareceu, também, que preparou um detalhamento maior nesta prestação de contas prevenindo que trata-se dos 4 primeiros meses de 2022 cujo volume de execução orçamentária é o mais baixo do ano e que, mesmo assim, já traz um volume expressivo de

informações com tendência de aumento para os próximos meses. Ele alertou que, por conta disso, talvez, o formato da reunião seja mais cansativo no 4º, 5º e 6º bimestres. Além disso, revelou que desta vez não foi possível o envio do material previamente, mas para as próximas prestações de contas o encaminhará com alguma antecedência. Após, detalhou que o RREO é um resumo que tem periodicidade bimestral e que organiza as informações orçamentárias em todas as esferas da administração pública, sendo uma exigência do § 3º do art. 165 da Constituição Federal/88, em conformidade com um manual de suporte que traz o todo o detalhamento (padrão orçamentário) e ajuda na compreensão das informações. Ato contínuo, ele exibiu o Manual de Elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental 2022-2025 de todos os órgãos da PBH informando que ele é padrão e apresenta um conjunto de detalhamento onde a estrutura programática é comum ao longo dos anos. À vista disso, o Presidente Marcus Vinícius Lindenberg Frões solicitou o compartilhamento do material apresentado. Em seguida, o Diretor Alex Sandro da Silva Gomes iniciou a sua apresentação em tela (via sistema multimídia) mostrando que o RREO traz informações consolidadas de receitas e de despesas de todas as fontes de recursos relativas à Educação (3 fontes de recurso), ou seja, os Recursos Ordinários do Tesouro (ROT), FUNDEB e Salário-Educação. Ele explicou que no caso das despesas, às vezes, acontecem em outros órgãos da PBH e especificou o conjunto de órgãos que tem lastro na execução orçamentária da Educação, sendo eles: A) Na Função de Governo 12 (Educação): Secretaria Municipal de Educação – SMED (despesas educacionais de forma geral, descentralizadas conforme regulamentação municipal (Decreto 10.710/2001); Secretaria Municipal de Fazenda – Subsecretaria de Administração e Logística (SUALOG) (despesas centralizadas, comuns a todos os órgãos da PBH, conforme regulamentação municipal (Decreto 10.710/2001), encargos trabalhistas); Prodabel (serviços de tecnologia da informação e comunicação (TIC), relacionados à Educação); Secretaria Municipal de Segurança e Proteção (serviços da Guarda Municipal para as escolas municipais); Superintendência de Desenvolvimento da Capital (desapropriações de imóveis para escolas municipais); Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura (realização de obras em escolas municipais); Secretaria Municipal da Cultura (formação de monitores do Programa Escola Integrada). B) Na Função de Governo 8 (Assistência Social): despesas relativas à alimentação escolar. Em Belo Horizonte, por conveniência administrativa acontecem no Fundo Municipal de Alimentação Escolar (vinculado à Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional – SUSAN – da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC). Após, ele mostrou o valor total empenhado de todas as fontes de recursos, de janeiro a abril de 2022, descrevendo as despesas por Classificação Econômica/Natureza da Despesa/Por Desdobramento, a saber: Vencimentos e Vantagens Fixas (despesas com vencimento, salário pessoal permanente, vencimento ou salário de cargos de confiança, subsídios, vencimento de pessoal em disponibilidade remunerada, gratificações – R\$301.540.043,86; Obrigações Patronais (despesas com encargos que a administração tem pela sua condição de empregadora e resultantes de pagamento de pessoal, tais como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e contribuições para Institutos de Previdência – R\$62.311.227,36); Material de Consumo (despesas com álcool automotivo, gás engarrafado, material de expediente, material de cama e mesa, copa e cozinha

e produtos de higienização, material gráfico, material para instalação elétrica e eletrônica, material para manutenção, reposição e aplicação, material didático e pedagógico, material para esporte e lazer, material para áudio, vídeo e foto – R\$11.934.918,33); Serviço de Consultoria (despesas decorrentes de contratos com pessoas físicas ou jurídicas, prestadoras de serviços nas áreas de consultorias técnicas – R\$402.975,00); Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física (despesas decorrentes de serviços prestados por pessoa física – estagiários – R\$377.636,57); Locação de Mão-de-obra (despesas com prestação de serviços por pessoas jurídicas para órgãos públicos, tais como: limpeza e higiene, vigilância ostensiva e outros, sendo 7.500 pessoas – serventes, cantineiras e auxiliares de apoio à inclusão (MGS) – R\$175.938.858,62); Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (assinaturas de jornais e periódicos, tarifas de energia elétrica, gás, água e esgoto, serviços de comunicação (telefone, correios, etc.), fretes e carretos, pedágio, locação de imóveis, locação de equipamentos e materiais permanentes, conservação e adaptação de bens imóveis, seguros em geral, despesas com congressos, simpósios, conferências ou exposições, repasses feitos a redes parceiras de creches – R\$120.072.397,52); Serviço de Tecnologia de Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica (aluguel de impressoras, *software* – R\$3.653.640,07); Auxílio-alimentação (despesas com auxílio alimentação pagas em pecúnia diretamente aos servidores ou empregados da administração direta e indireta – R\$10.564.535,20); Auxílio transporte (despesa com auxílio-transporte pelos servidores e empregados nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, ou trabalho-trabalho nos casos de acumulação lícita de cargos ou empregos – R\$3.014.342,75); Despesas de Exercícios Anteriores (despesas de exercícios encerrados que não tenham se processado na época própria – R\$2.714.107,22); Indenizações e Restituições (despesas com indenizações, exclusive as trabalhistas e restituições devidas por órgãos e entidades a qualquer título – R\$1.487,21); Equipamento Material Permanente (despesas com aquisição de aparelhos e equipamentos de comunicação, aparelhos e equipamentos para esporte e diversões, aparelhos e utensílios domésticos, coleções e materiais bibliográficos, instrumentos musicais e artísticos, máquinas, aparelhos e equipamento de uso industrial, máquinas, aparelhos e equipamentos gráficos e equipamentos diversos, máquinas, aparelhos e utensílios de escritório – R\$6.325.110,38); Auxílios (repasso para obras – R\$17.605.319,23); Contraprestação de Serviços (contraprestação de serviços. Ex. serviços decorrentes da Parceria Público-Privada – PPP – R\$37.724.076,60); Material de Distribuição Gratuita (doações tais como uniformes escolares – R\$10.332.553,18); Auxílio Financeiro a Estudante (despesas com ajuda financeira concedida pelo Estado a estudantes – compra de vagas em escolas especiais – R\$137.250,00); Material de Consumo – Função 8 da Assistência Social: alimentação escolar – R\$11.445.277,11. Este detalhamento perfez um valor total de R\$776.095.756,21. A seguir, apresentam-se os comentários, os questionamentos e as respostas do diretor: 1) Pergunta: A situação ocorrida em 2021 de pagamento de custeio (como energia elétrica e outros serviços) com os recursos do FUNDEB permanece em 2022? Resposta: Não. Voltou-se ao modelo de execução antigo em que todo o gasto era alocado na folha de pessoal. As receitas subiram nos dois (2) anos de pandemia e houve um congelamento natural de despesa com o ensino remoto, como, por exemplo, o transporte escolar. O pagamento de aluguel, luz e telefone apresentou redução

de despesa não apenas na rede municipal de Belo Horizonte, mas em todas as redes de ensino. Foi necessário variar a aplicação do recurso recebido na arrecadação nos anos de pandemia, especialmente em 2021. 2) Pergunta: Qual a explicação para a questão do não pagamento do abono com os recursos do FUNDEB, em 2021? Resposta: O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) entendeu que podia-se pagar o abono com os recursos do FUNDEB no fim de novembro de 2021 e liberou o documento. O fato de se direcionar recurso dentro da margem legal com despesas que a lei determina que é possível foi uma medida preventiva de se fazer cumprir a lei. Mesmo assim, houve um superávit que foi executado com a folha de pagamento. 3) Inexistindo marco legal para a concessão do abono e repetindo-se a mesma situação em 2022, o questionamento ocorrerá novamente. Resposta: A diferença é que a partir de 2022 terá um marco legal. Para isso se prevê que o pagamento de despesa do abono pode fazer parte do conjunto de despesas elencadas dentro dos 70%. Na Educação, trabalha-se com vários indicadores para a execução do recurso principal: no mínimo 70% tem que ser gasto com pagamento de pessoal, 90% tem que ser gasto dentro do ano em curso e apenas 10% pode ser reprogramado para o ano seguinte e, ainda tem-se outros indicadores para se preocupar. 4) Houve um agradecimento ao diretor pelas respostas dadas considerando que o Conselho recebe pressão para tentar justificar a não concessão do abono com os recursos do FUNDEB e estas informações servirão de base para respondê-las, caso seja demandado. Resposta: Haverá uma lei municipal para prever este tipo de despesa. Ademais, basta saber se sobrou recurso ou não para o pagamento de abono. Precisa-se regulamentar a lei (que deverá apresentar critérios) e ter saldo também. 5) Foi lembrado e comentado sobre a diferença referenciada em 2021 das prestações de contas efetuadas no SIOPE e no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). Resposta: A explicação dada à Vereadora Macaé Evaristo demandada a partir de audiência pública sobre a diferença das metodologias do SIOPE e do SICONFI contou com a ajuda da Contadoria Geral do Município e será enviada ao CACS. Depois, voltando-se à apresentação, o diretor disse ser importante saber o conceito orçamentário de despesas empenhada, liquidada e paga. Ele afirmou que há a normatização por cada órgão e que no caso do RREO as informações são de despesas empenhadas – compromissos assumidos – e que as despesas podem ser anuladas com fundamentação. Além disso, falou que a despesa liquidada é quando o material é entregue e paga quando o fornecedor é efetivamente pago. Ato contínuo, ele apresentou a tabela “Demonstrativo da Despesa por Subfunção de Governo ou Nível de Ensino” para a visualização do valor total empenhado (R\$776.095.756,21), que foi dividido da seguinte forma: Administração Geral – R\$29.198.907,73; Ensino Fundamental – R\$428.445.641,11; Educação Infantil – R\$297.790.105,90; Educação de Jovens e Adultos (EJA) – R\$6.830.742,92; Educação Especial – R\$1.385.350,70; Difusão Cultural (formação dos monitores da Educação Integrada) – R\$999.730,74 e Alimentação e Nutrição – R\$11.445.277,11. Em seguida, ele apresentou a tabela “Demonstrativo de Despesa por Subfunção e Fonte de Recurso”, a saber: ROT – R\$419.797.678,95; FUNDEB – R\$332.077382,32 e Captação de recursos vinculados à Educação – R\$24.220.694,94; que, somados, constituem o montante de R\$776.095.756,21. A distribuição do valor total empenhado com o ROT (R\$419.797.678,95), se deu do seguinte modo: Administração Geral – R\$29.197.420,52; Ensino Fundamental –

R\$210.476.981,33; Educação Infantil – R\$176.747.100,53; EJA – R\$991.095,13; Educação Especial – R\$1.385.350,70; Difusão Cultural – R\$999.730,74. A divisão da quantia total empenhada com os recursos do FUNDEB (R\$332.077.382,32) se deu da seguinte forma: Ensino Fundamental – R\$215.183.942,88; Educação Infantil – R\$111.053.791,65 e EJA – R\$5.839.647,79. A Captação de recursos vinculados à Educação (R\$24.220.694,94) se apresentou assim: Administração Geral – R\$1.487,21; Ensino Fundamental – R\$2.784.716,90; Educação Infantil – R\$9.989.213,72; Alimentação e Nutrição – R\$11.445.277,11. Foi demonstrado, ainda, um resumo por Função de Governo, sendo: R\$764.650.479,10 o valor total das fontes de recursos aplicadas relacionadas à Função 12 (Educação) e R\$11.445.277,11 relacionada à alimentação escolar – Função 8 (Assistência Social), perfazendo o quantitativo de R\$776.095.756,21. Para finalizar, foi apresentada a tabela com a execução por Item de Despesa onde foram descritos todos os itens por Natureza da Despesa Por Desdobramento de todas as fontes de recurso e o seu valor correspondente de forma detalhada comprovando-se a quantia de R\$776.095.756,21. Destarte, o diretor concluiu dizendo que este Detalhamento por Item de Despesa que foi apresentado é uma normatização federal no que diz respeito ao RREO e que ele tem informação padronizada e de âmbito municipal de decisão da gestão (planejamento de gestão). Logo depois, houve a manifestação dos conselheiros. A seguir apresentam-se os comentários feitos: A) Ao longo do ano haverá significativa complementação de dados e a complexidade se dará pelo volume de informações. Em termos de estrutura, a arquitetura criada foi fundamental e básica para a compreensão dos conselheiros a respeito da validação da prestação de contas. A planilha é muito boa. B) A apresentação foi muito transparente, a explanação foi boa assim como a reunião. O exercício da distribuição dos recursos fica transparente e causa tranquilidade para referendar a validação e socializar a informação. C) A preocupação quanto ao curto período para que as validações aconteçam foi colocada, ou seja, seria fundamental ter-se a cada bimestre uma margem de pelo menos três (3) dias para tal, considerando que podem haver dúvidas não esclarecidas na reunião. Há o desejo de se fazer tudo numa margem sem risco para o município. Após, o presidente revelou ter ficado satisfeito com o resultado da reunião porque num momento inicial ele disse haver apenas o quadro administrativo e ao término da ocasião tem-se o quadro e o significado de cada item. Ele também falou perceber o CACS mais propositivo e sentir que o conselho faz parte desta gestão. Acredita, ainda, que a participação do CACS deva se dar também no sentido de contribuir com sugestões, o que considera muito importante. Ele finalizou anunciando que esta prestação de contas será um ponto da pauta da próxima sessão plenária (a ser apresentada de forma resumida) e agradeceu ao Diretor Alex Sandro da Silva Gomes, que se colocou à disposição e disse ter a intenção de mandar o conjunto de informações com antecedência para facilitar a tratativa deste trabalho. Às quatorze horas e trinta e três minutos (14h33min), o Presidente Marcus Vinícius Lindenberg Fróes agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Para constar, eu, Vanessa Márcia da Cunha, servidora de apoio ao CACS FUNDEB/BH, redigi a presente ata.